

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – (LIBRAS) COMO LÍNGUA MATERNA NO CONTEXTO DA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alessandra Juliana Santos Uzan, Maria do Rosário Tenório Oliveira, Ítalo Oscar Riccardi Leon

Univap – Faculdade de Educação e Artes / Curso de Letras, Campus Aquárius, zario@vivax.com.br

Resumo- Este artigo tem como finalidade refletir sobre a Língua de Brasileira de Sinais, ou LIBRAS, principal língua usada pelos surdos brasileiros, abordando aspectos a ela ligados, sua origem, sua estrutura, e a necessidade de universalizar seu ensino nas Escolas Públicas do Brasil. A metodologia do artigo constitui-se em revisão bibliográfica, e o objetivo principal do artigo é evidenciar a importância da Língua de Sinais, para os surdos, como língua materna (LM), salientando que estes devem apropriar-se da língua portuguesa como segunda língua (L2), para ampliar suas relações interculturais e pessoais, uma vez que a língua majoritária em nosso país é a língua portuguesa, por meio da qual as pessoas se comunicam, são transmitidas informações por diferentes canais, são redigidos documentos oficiais e, acima de tudo, processa-se toda a escolarização formal dos alunos.

Palavras-chave: LIBRAS - Língua brasileira de sinais, língua portuguesa, educação de surdos, política pública de inclusão.

Área do Conhecimento: Lingüística Letras e Artes.

Introdução

A comunicação é uma necessidade humana, e as linguagens oral e escrita são as formas mais comuns de comunicação. Por isso, pode-se dizer que a linguagem é natural do ser humano e, através da linguagem, o ser humano estrutura seu pensamento, traduz o que sente, registra o que conhece, se comunica com os outros, produz significação e sentido.

Segundo Fernandes (2003), linguagem é um sistema de comunicação natural ou artificial, já o conceito de língua é mais restrito. Língua é um tipo de linguagem e define-se como um sistema abstrato de regras gramaticais. Além disso, ressalta-se o conceito de língua não só como meio de comunicação, mas, também, como um dos principais instrumentos de desenvolvimento dos processos cognitivos do ser humano e, evidentemente, de seu pensamento. Por isso, a presença de uma língua é considerada fator indispensável ao desenvolvimento dos processos mentais.

Vygotsky (1998) destaca que a linguagem não depende da natureza do meio material que utiliza, mas sim do uso efetivo dos signos, de quaisquer formas de realização que possam assumir papel correspondente ao da fala. Os surdos não são deficientes na esfera lingüístico-comunicativa, ou na construção da identidade social, mas podem tornar-se deficientes pelas condições em que se constituem como pessoas.

Assim, a incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à

expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento nas esferas cognitiva e afetiva, e fundam a construção da subjetividade.

Língua Brasileira de Sinais - Libras

Como é fato bastante conhecido, os filósofos dos séculos XVII e XVIII acreditavam que a primeira linguagem dos homens teria sido a de ação - os surdos a teriam conservado e aprimorado. A linguagem de ação, segundo os iluministas, seria uma forma de registro mais acurada da realidade, pois, como um espelho, refletiria o modo simultâneo como os sentidos percebiam o mundo exterior - seria deles, portanto, uma forma de representação desdobrada. A língua oral teria surgido como uma expansão lateral da linguagem de ação por conveniências impostas pelas necessárias adaptações ao ambiente - poder ser perceptível no escuro das cavernas, por exemplo (Foucault, 1992: 121-125).

As línguas de sinais são utilizadas pela maioria das pessoas surdas no mundo. No Brasil, existem duas línguas de sinais: a Língua Kaapor – LSKB, utilizada pelos índios da tribo Kaapor, onde muitos membros são surdos, devido às altas febres causadas por doenças transmitidas pelo contato com pessoas de fora da tribo, e a Língua Brasileira de Sinais - Libras, que é utilizada nos centros urbanos. A língua portuguesa, no caso dos surdos brasileiros, é considerada uma segunda língua.

O abade francês Charles-Michel de l'Épée foi o primeiro a estudar uma língua de sinais usada por surdos, com atenção para suas características

lingüísticas. L'Epée, a partir da observação de grupos de surdos, verificou que estes desenvolviam um tipo de comunicação, apoiada no canal viso-gestual, que era muito satisfatória.

Partindo dessa linguagem gestual, ele desenvolveu um método educacional, apoiado na linguagem de sinais da comunidade de surdos, acrescentando a esta sinais que tornavam sua estrutura mais próxima à do francês e denominou esse sistema de "sinais metódicos". Sua proposta defendia que os educadores deveriam aprender tais sinais para se comunicar com os surdos; eles aprenderiam com os surdos e, através dessa forma de comunicação, ensinariam a língua falada e escrita do grupo socialmente majoritário.

No Brasil, a Libras tem a finalidade de apresentar ao aluno a língua e a cultura surda, tendo sido reconhecida pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão. Esta mesma lei prevê ainda que o Poder Público e as concessionárias de serviços públicos devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

A Libras, assim como diversas línguas existentes, é composta por níveis lingüísticos: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Assim, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Baseou-se primeiramente na Língua de Sinais Francesa, apresentando semelhanças em relação a várias línguas de sinais européias e à norte-americana.

Ao contrário do que se imagina, a apresentação sinalizada do alfabeto oral (um empréstimo de outras línguas, em que as letras são dispostas manualmente de modo a escrever uma palavra), não é o modo principal de comunicação entre os surdos. Esta técnica é utilizada apenas para designar nomes de pessoas/estabelecimentos, ou para explicar, em última tentativa, uma palavra que não tenha sido compreendida pelo receptor.

A comunicação em libras se dá através de sinais manuais e não manuais, cuja configuração segue "Gramática" específica: a posição e movimento da mão, o ponto de articulação do sinal isto é, no corpo ou espaço de sinalização e as expressões faciais ou corporais.

Santarosa, (2000) afirma que "língua" designa um sistema específico de signos que é utilizado por uma comunidade para comunicação. Portanto, a Libras é uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros com o propósito de atender às necessidades comunicativas de sua comunidade.

São línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação

entre os surdos, além de, através de sua estrutura, poderem expressar qualquer conceito desde o descritivo/concreto ao emocional/abstrato.

Educando a criança surda

Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. Os poucos textos encontrados referem-se prioritariamente a relatos de curas milagrosas ou inexplicáveis (MOORES, 1978).

É no início do século XVI que se começa a admitir que os surdos pudessem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que houvesse interferências sobrenaturais. Surgiram então relatos de diversos pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos, apresentando diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica.

O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a *língua falada*.

Ainda nos tempos atuais, quase tanto quanto na antigüidade acima descrita, a sociedade em geral desconhece a importância, defendida por muitos autores, de que, idealmente, uma criança surda deveria adquirir primeiramente a língua de sinais, e depois a língua majoritária do país no qual vive.

Esta tese é defendida, pelo menos, desde o século XIII, por Desloges (1779/1984). Freire (1999) defende que sua aprendizagem prévia facilitaria a aquisição da língua escrita majoritária.

Uma educação para o surdo voltada a esta lógica, ou seja, priorizando a língua de sinais como L1, e a língua majoritária como L2, encontra ainda outras barreiras: a maioria crianças surdas é filha de pais ouvintes, que também ignoram a importância dessa língua para seus filhos; as propostas curriculares atribuem valor apenas à norma padrão da língua portuguesa, não contemplando a diversidade lingüística dos alunos (índios, surdos, imigrantes e falantes de variedades desprestigiadas do português); os professores surdos estão em processo de formação e não têm representatividade no planejamento e na execução dos projetos políticos educacionais, os professores ouvintes desconhecem, negam, ou marginalizam a língua de sinais.

Crianças que ainda não adquiriram esta linguagem apresentam grande dificuldade na aprendizagem, este fato está ligado à noção de que a Libras é, ou deveria ser, a língua materna dos surdos. Não porque é a língua natural deles, mas sim porque, tendo os surdos bloqueio para a aquisição espontânea de qualquer língua natural oral, eles só terão acesso a uma língua materna

desde que esta não seja veiculada através do canal oral-auditivo.

Os surdos são dotados de linguagem, assim como todos o são, precisando apenas de uma modalidade de língua que possam perceber e articular facilmente, para ativar seu potencial lingüístico e, conseqüentemente, os outros potenciais, podendo assim atuar na sociedade como cidadãos. Eles possuem o potencial, faltalhes o meio, e a Língua Brasileira de Sinais é o principal meio que se lhes apresenta para esse processo ganhar impulso.

Portanto, Exposto à Libras, desde o início de sua vida, o sujeito surdo teria, assim, garantido seu direito a uma língua de fato. A partir dela, o ensino do português (L2) seria facilitado pela garantia de um funcionamento simbólico-cognitivo já ocorrendo de modo satisfatório.

Ainda citando a Lei Federal nº10. 436, em seu artigo 4º, temos que: *“O Sistema Educacional Federal e Sistemas Educacionais Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, devem garantir a inclusão nos cursos de Formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistérios, em seus níveis médios e superior, o ensino da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, como parte integrante dos parâmetros curriculares — PCNs, conforme legislação vigente”*.

A partir desta Lei, é esperado que as políticas públicas educacionais caminhem no sentido de dar tratamento legal aos surdos como uma minoria lingüística, uma vez que a língua portuguesa é majoritária no Brasil, assegurando-lhes o direito de acesso irrestrito ao ensino de Libras, e promovendo capacitação de profissionais da educação para atuarem no processo de ensino-aprendizagem de Libras.

Antecedentes Históricos

Nas tentativas iniciais de educar o surdo, além da atenção dada à fala, a língua escrita também desempenhava papel fundamental. Os alfabetos digitais eram amplamente utilizados. Inventados pelos próprios professores, porque se argumentava que se o surdo não podia ouvir a língua falada, então ele podia lê-la com os olhos.

Falava-se da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com os conceitos diretamente, sem necessitar da fala.

Muitos professores de surdos iniciavam o ensinamento de seus alunos através da leitura-escrita e, partindo daí, instrumentalizavam-se diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras.

Os surdos que podiam se beneficiar do trabalho desses professores eram muito poucos, somente aqueles pertencentes às famílias abastadas. É justo pensar que houvesse um

grande número de surdos sem qualquer atenção especial e que, provavelmente, se vivessem agrupados, poderiam ter desenvolvido algum tipo de linguagem de sinais através da qual interagissem.

A partir desse período podem ser distinguidas, nas propostas educacionais vigentes, iniciativas antecedentes do que hoje chamamos de "oralismo" e outras antecedentes do que chamamos de "gestualismo".

Em seu início, no campo da pedagogia do surdo, existia um acordo unânime sobre a conveniência de que esse sujeito aprendesse a língua que falavam os ouvintes da sociedade na qual viviam; porém, no bojo dessa unanimidade, já no começo do século XVIII, foi aberta uma brecha que se alargaria com o passar do tempo e que separaria irreconciliavelmente oralistas de gestualistas. Os primeiros exigiam que os surdos se reabilitassem, que superassem sua surdez, que falassem e, de certo modo, que se comportassem como se não fossem surdos. Impuseram a oralização para que os surdos fossem aceitos socialmente e, nesse processo, deixava-se a maioria dos surdos de fora de toda a possibilidade educativa, de toda a possibilidade de desenvolvimento pessoal e de integração na sociedade. Os segundos, gestualistas, foram capazes de ver que os surdos desenvolviam uma linguagem que era eficaz para a comunicação e lhes abria as portas para o conhecimento da cultura, incluindo aquele dirigido para a língua oral.

Com base nessas posições, já abertamente encontradas no final do século XVIII, configuram-se duas orientações divergentes na educação de surdos, que se mantiveram em oposição até a atualidade, apesar das mudanças havidas no desdobramento de propostas educacionais.

Como representante mais importante do que se conhece como abordagem gestualista está o "método francês" de educação de surdos, desenvolvido por l'Epée, que em 1775, fundou uma escola, a primeira em seu gênero, com aulas coletivas, onde professores e alunos usavam os chamados sinais metódicos, e em 1776, publicou um livro no qual divulgava suas técnicas

Pelo lado "oralista", Heinicke é considerado o fundador do oralismo e de uma metodologia que ficou conhecida como o "método alemão". Para ele, o pensamento só é possível através da língua oral, e depende dela. A língua escrita teria uma importância secundária, devendo seguir a língua oral e não precedê-la. O ensinamento através da linguagem de sinais significava ir em contrário ao avanço dos alunos (MOORES, 1978). Os pressupostos de Heinicke têm até hoje adeptos e defensores.

Em conseqüência do avanço e da divulgação das práticas pedagógicas com surdos, foi realizado, em 1878, em Paris, o I Congresso

Internacional sobre a Instrução de Surdos, no qual se fizeram acalorados debates a respeito das experiências e impressões sobre o trabalho realizado até então. Neste Congresso os surdos tiveram algumas conquistas importantes, como o direito a assinar documentos, tirando-os da "marginalidade" social, mas ainda estava distante a possibilidade de uma verdadeira integração social.

Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista, com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época.

Praticamente todos os participantes, em sua maioria europeus e ouvintes, votaram por aclamação a aprovação do uso exclusivo e absoluto da metodologia oralista e a proscrição da linguagem de sinais. Acreditava-se que o uso de gestos e sinais desviasse o surdo da aprendizagem da língua oral, que era a mais importante do ponto de vista social. As resoluções do congresso (que era uma instância de prestígio e merecia ser seguida) foram determinantes no mundo todo, especialmente na Europa e na América Latina.

As decisões tomadas no Congresso de Milão levaram a que a linguagem gestual fosse praticamente banida como forma de comunicação a ser utilizada por pessoas surdas no trabalho educacional. A única oposição clara feita ao oralismo foi apresentada por Gallaudet que, desenvolvendo nos Estados Unidos um trabalho baseado nos sinais metódicos do abade De L'Epée, discordava dos argumentos apresentados, reportando-se aos sucessos obtidos por seus alunos.

Conclusão

O mito de que os surdos não apresentam forma nenhuma de comunicação ou linguagem desenvolvida disseminou-se a partir da relação equivocada entre linguagem e fala. Na verdade, linguagem não é fala, e sim comunicação simbólica, a qual pode se dar diferentes modalidades: auditiva, visual, corporal, pictórica etc.

Os atuais lingüísticos demonstram que a língua de sinais oferece para as pessoas surdas o mesmo conteúdo e funções necessárias à mediação das experiências de aprendizagem,

formais ou informais, oportunizando-lhes o desenvolvimento pleno da linguagem, pois faz isso utilizando outro canal-a visão-e uma outra forma de comunicação---a língua de sinais. Embora a grande maioria desconheça, esse conjunto de "gestos desenhados no ar" estrutura uma língua organizada, com as mesmas funções das línguas orais.

Há muito ainda que ser feito no que tange aos direitos dos surdos ao acesso a uma educação compatível com sua condição. O reconhecimento dessa realidade pelo Poder Público e pela sociedade é premente. Medidas como a inclusão da disciplina Libras nos cursos de licenciatura, pois, como disse J. Schuyler Long (1910): "*Enquanto houver dois surdos sobre a face da Terra e eles se encontrarem, haverá sinais*".

Referências

- DESLOGES, Pierre. 1984. **A Deaf Person's Observations About an Elementary Course of Education for The Deaf**. In: Harlan Lane & Franklin Philip (eds.) *The Deaf Experience - classics in language and education*. Cambridge: Harvard University Press. (Texto escrito em francês, Paris: Morin, 1779.)
- DIDEROT, Denis. 1993. **Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam**. São Paulo: Nova Alexandria (publicado originalmente em francês em 1751). [[Links](#)]
- FERNANDES, Eulália, 2003. **Linguagem e Surdez**. 1ª Ed. Porto Alegre: ArtMed.
- FOUCAULT, Michel. 1992. **As Palavras e as Coisas**. 6ª edição brasileira, São Paulo: Martins Fontes.
- FREIRE, Alice Maria da Fonseca. 1999. **Aquisição do Português como Segunda Língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos**. In: Carlos Skliar (org.) *Atualidade da Educação Bilingüe para Surdo*. vol. 2. Porto Alegre: Mediação.
- MOORES, D. **Educating the deaf, psychology, principles and practice**. Boston: Houghton Mifflin Co. 1978
- SANTAROSA, I. M. C. . Simulador de teclado para portadores de paralisia cerebral: avaliação e adaptação para português. Madrid: alba s/a, 2000, v. I, p. 31-40.
- VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.